



## *Conselho da Justiça Federal*

### **RESOLUÇÃO Nº 302, DE 28 DE JANEIRO DE 2003**

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no inciso III do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, *ad referendum*, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2002, na forma do ANEXO, a ser publicado e disponibilizado na internet, para acesso público, de acordo com os termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Publicada no Diário Oficial  
em 30/01/2003, Seção 1 pág. 219  
Caderno Eletrônico.

Demonstrativo dos Restos a Pagar republicado no Diário Oficial em 28/02/2003, Seção 1 pág. 232 Caderno Eletrônico, por ter saído com incorreção, do original, no D.O.U. de 30-1-2003, Seção 1, págs. 219 e 220.



## Conselho da Justiça Federal

### ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
ÓRGÃO 12000 – JUSTIÇA FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea “a” – Anexo I (Portaria STN/MF nº 516, DE 14/10/02)

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	JAN A DEZ/2002
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	1.615.542,65
Pessoal Ativo	1.804.105,38
Pessoal Inativo e Pensionistas	371.819,26
Despesas não computadas (art. 19, § 1º, da LRF):	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	12.746,69
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	414.750,89
(-) Inativos com Recursos Vinculados	132.884,41
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º, da LRF) (II)	-
<b>TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)</b>	1.615.542,65
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (III)</b>	201.927.320,00
<b>% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL (IV) = (I + II) / (III)</b>	0,80%
<b>LIMITE LEGAL (inciso I, alínea “b”, do art. 20 da LRF) = 1,20%</b>	2.423.127,84
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) = 1,14%</b>	2.301.971,45
<b>FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X do art. 37 da CF)</b>	266.015,91
<b>% DA FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL SOBRE A RCL (V)</b>	0,13%
<b>TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, DEDUZIDO O AUMENTO PREVISTO NO INCISO X DO ART. 37 DA CF (IV – V) = 0,67%</b>	1.349.526,74
<b>LIMITE PERMITIDO (art. 71 da CF) = 0,89%</b>	1.797.153,15

FONTE: SIAFI GERENCIAL



## Conselho da Justiça Federal

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
ÓRGÃO 12000 – JUSTIÇA FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

LRF, art. 55, inciso III, alínea “a” – Anexo V (Portaria STN/MF nº 516, de 14/10/02)

R\$  
Milhares

<b>ATIVO</b>	<b>VALOR</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>VALOR</b>
<b>ATIVO DISPONÍVEL</b>		<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
Disponibilidade Financeira	278,69	Depósitos	130.520,25
Bancos	278,69	Consignações	811,90
-Conta Movimento	8,59	Recursos do Tesouro	
-Contas Vinculadas	270,10	Nacional	190,00
Outras Disponibilidades Financeiras	763.880,38	Depósitos de Diversas Origens	129.518,35
Créditos a Receber	679,97	Restos a Pagar Processados Do Exercício	14.433,22
-Recursos a Receber p/Transferência	679,97	-Fornecedores	13.773,79
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento	553.644,60	-Convênios a Pagar	2.585,18
Recursos a Receber p/ Pagamento de RP	209.541,61	-Pessoal a Pagar	5,00
Valores em Trânsito Realizáveis	14,20	-Precatórios	1.532,96
-Valores a Creditar – Depósito Direto CTU	14,20	-Obrigações Tributárias De Exercícios Anteriores	9.647,83
		-Fornecedores	2,82
		-Precatórios	659,43
		-Precatórios	659,42
		-Precatórios	0,01
		Outras Obrigações Financeiras	209.543,65
		Recursos a Liberar para Pagamento de RP	209.462,33
		Outras Obrigações a Pagar	61,66
		Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	19,66
<b>SUBTOTAL</b>	<b>764.159,07</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>354.497,12</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>-</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>409.661,95</b>
<b>TOTAL</b>	<b>764.159,07</b>	<b>TOTAL</b>	<b>764.159,07</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>235.250,49</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II – III)</b>			<b>174.411,46</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>-</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>174.411,46</b>



## Conselho da Justiça Federal

FONTE: SIAFI

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
ÓRGÃO 12000 – JUSTIÇA FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

LRF, art. 55, inciso III, alínea “b” – Anexo VI (Portaria STN/MF nº 516, de 14/10/02) R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Justiça Federal	659,43	13.773,79	235.250,49	409.661,95	-
<b>TOTAL</b>	<b>659,43</b>	<b>13.773,79</b>	<b>235.250,49</b>	<b>409.661,95</b>	<b>-</b>
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
00 – Recursos Ordinários	659,43	13.773,79	234.168,12	405.573,91	
27 – Custas Judiciais – FUNPEN			122,82	122,82	
50 – Rec. Não-Financ. Diret. Arrec.			882,93	882,93	
51 – Cont. Social s/ Lucro PJ			23,39	41,61	
53 – Cont. p/ Financ. Seg. Social			37,12	1.572,42	
56 – Cont. Plano Seg. Social Serv.			16,11	1.337,93	
81 – Recursos de Convênios				130,33	
<b>TOTAL</b>	<b>659,43</b>	<b>13.773,79</b>	<b>235.250,49</b>	<b>409.661,95</b>	<b>-</b>

FONTE: SIAFI GERENCIAL



## Conselho da Justiça Federal

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
ÓRGÃO 12000 – JUSTIÇA FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

LRF, art. 72 – Anexo VII (Portaria STN/MF nº 516, de 14/10/02)

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	Exercícios	
	2002	1999
<b>DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>		
Serviços de Consultorias	63,43	5,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	20.302,59	8.912,55
Locação de Mão-de-Obra	44.652,75	24.501,42
Arrendamento Mercantil	-	-
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	160.495,27	97.014,53
<b>TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>225.514,04</b>	<b>130.433,50</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>201.927.320,00</b>	<b>124.300.787,00</b>
<b>% DO TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS SOBRE A RCL</b>	<b>0,1117%</b>	Limite <b>0,1049%</b>

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Nota: A variação percentual do art. 72, em relação ao exercício de 1999, tem como origem a instalação de 231 Varas Federais no período de 1997 a 2001 (Lei nº 9.042, de 25/05/98, Lei nº 8.535, de 16/12/92, Lei nº 8.416, de 24/04/92, Lei nº 9.664, de 19/06/98 e Lei nº 9.788, de 17/02/99) e a instalação de 38 Gabinetes nos Tribunais Regionais Federais, nos exercícios de 2000 e 2001, com fundamento nas Leis de nº 9.967 e de nº 9.968, de 10/05/2000. A referida despesa, no exercício financeiro de 2002, embora tenha reflexos desses fatos, sinaliza decréscimo em percentual da Receita Corrente Líquida em relação ao exercício de 2001.



## Conselho da Justiça Federal

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
ÓRGÃO 12000 – JUSTIÇA FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

LRF, art. 54 – Anexo VIII (Portaria STN/MF nº 516, de 14/10/02)

R\$ Milhares

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 últimos Meses	1.615.542,65	0,80%
Limite Legal (inciso I, alínea “b”, do art. 20 da LRF)	2.423.127,84	1,20%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.301.971,45	1,14%
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 últimos meses, deduzido o aumento previsto no inciso X do art. 37 da CF	1.349.526,74	0,67%
Limite Permitido (art. 71 da LRF)	1.797.153,15	0,89%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	235.250,49	409.661,95
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total da Despesa com Serviços de Terceiros	225.514,04	0,1117%
Limite Calculado com Base no Exercício de 1999, do Total da Despesa com Serviços de Terceiros (art. 72 da LRF)	211.821,76	0,1049%

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Brasília, 28 de janeiro de 2003.

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA  
Secretário-Geral

EVA MARIA FERREIRA BARROS  
Secretária de Planejamento, Orçamento e Finanças

CLÁUDIO MACHADO PINTO  
Secretário de Controle Interno